AGEPAR
AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO



2026

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná

Rubens Bueno
Diretor-Presidente

Marcelo Luiz Curado
Diretor Administrativo Financeiro

Rejane Maria Schirr Scolari
Diretora de Regulação Econômica

Sérgio Luiz Cequinel Filho
Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços

Alex Sandro Noel Nunes
Diretor de Normas e Regulamentação

Coordenação
Sérgio Luiz Cequinel Filho
Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços

Elaboração

Helmuth Germano Venske Neto
José Carlos Dias Lopes da Conceição
Marco Antonio Biscaia
Mariana Ribeiro Facundo de Souza
Pedro Augusto Mikowski

Assessoria de Comunicação Social
Carlos Eduardo Winnikes da Silva
Projeto Gráfico e Diagramação

Thiago Mourão
Revisão

AGEPAR
AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS
DFQS

Aprovado pelo Conselho Diretor da Agepar
Reunião Ordinária nº 29/2025
- 02 de dezembro de 2025.

Sumário

1. Introdução 05

2. Diretrizes das Ações de Fiscalização 06

2.1 Ações de Fiscalização da Área do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado 06

2.2 Ações de Fiscalização da Área de Saneamento Básico (Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário) 10

2.3 Ações de Fiscalização da Área de Serviços Diferenciados (Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Pátios Veiculares do Detran/PR e Atividades Lotéricas Estaduais) 14

2.3.1 Ações de Fiscalização do Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 16

2.3.2 Ações de Fiscalização do Serviço de Pátios Veiculares do Detran/PR 17

2.3.3 Ações de Fiscalização do Serviço de Atividades Lotéricas Estaduais (Lottopar) 18

2.4 Ações de Fiscalização da Área de Transportes (Travessia Marítima Intermunicipal e Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano) 18

2.4.1 Ações de Fiscalização do Serviço Travessia Marítima Intermunicipal da Ilha do Mel 20

2.4.2 Ações de Fiscalização do Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros 20

2.4.3 Ações de Fiscalização do Serviço de Transporte Metropolitano de Passageiros 21

3. Considerações Finais 21

1 Introdução

A Agepar, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná, é uma entidade autárquica de regime especial, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 222, de 13 de maio de 2020. Sua finalidade é garantir que os serviços públicos delegados sejam prestados em conformidade com os princípios da boa governança regulatória.

Com atuação técnica e independente, a Agepar exerce papel estratégico na mediação de interesses entre usuários, empresas reguladas, poder concedente e sociedade, promovendo equilíbrio, previsibilidade e segurança jurídica nas relações regulatórias. Ao estabelecer normas, fiscalizar a prestação dos serviços e induzir boas práticas, a Agência contribui para que os serviços essenciais de saneamento, gás canalizado e transporte coletivo atendam às expectativas da população e aos padrões exigidos pela legislação.

Entre os mecanismos de atuação da Agepar destaca-se o Plano Anual de Fiscalização (PAF), elaborado pela Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços, como ferramenta central para o planejamento e execução das ações de fiscalização.

O PAF estabelece prioridades de fiscalização ao longo do ano, com base em critérios objetivos que visam assegurar eficiência e transparência, promovendo uma atuação regulatória voltada à melhoria contínua dos serviços públicos delegados.

Com as alterações implementadas na revisão do PAF de 2025, que incluiram critérios de risco, relevância, materialidade e oportunidade, a Agência trouxe, para a edição de 2026, importantes lições aprendidas, destacando-se as seguintes:

- A análise de risco como eixo de priorização;
- A ampliação do uso de modalidades de fiscalização remota e em campo;
- As visitas e as iniciativas de regulação técnica;
- O fortalecimento do diálogo com regulados e usuários.

Tais experiências integram o Plano Anual de Fiscalização de 2026, que não apenas dá continuidade às inovações introduzidas, mas também projeta melhorias e avanços metodológicos. Entre as perspectivas para este ciclo, destacam-se:

- Maior integração entre fiscalização e planejamento estratégico;
- Uso de ferramentas digitais para construção de indicadores de desempenho;
- Aprimoramento da transparência e da comunicação;
- Aprimoramento da eficiência operacional.

Assim, o PAF 2026 consolida avanços metodológicos e reafirma o compromisso da Agepar com uma fiscalização regulatória qualificada, transparente e voltada à boa qualidade dos serviços públicos.

A estratégia adotada amplia a capacidade de identificar vulnerabilidades, direcionar recursos de forma eficiente e responder às demandas com maior precisão e tempestividade.

2 Diretrizes do planejamento das ações de fiscalização

O Plano Anual de Fiscalização de 2026 incorpora as lições aprendidas em 2025 e consolida um modelo de atuação mais abrangente e eficiente. A utilização da análise de risco como elemento central, associada aos critérios de relevância, materialidade e oportunidade, aprimora os processos internos e amplia a capacidade de identificar áreas críticas nos serviços regulados.

A determinação do nível de risco considera parâmetros de probabilidade e impacto, permitindo uma atuação fundamentada e eficaz.

Para a determinação do Nível de Risco dos objetos de fiscalização são considerados os parâmetros de probabilidade e impacto apresentados na Figura 1, os quais possibilitam determinar, de forma qualitativa, a probabilidade de ocorrência de irregularidades no serviço prestado bem como as possíveis consequências, contribuindo para uma atuação fiscalizatória mais precisa e eficaz.

Escala de Probabilidades do Risco		
Mensuração	**Identificação**	**Descrição**
1	Muito baixa	Risco improvável, podendo ocorrer em situações excepcionais
2	Baixa	Risco raro, casual ou inesperado
3	Média	Risco moderadamente possível
4	Alta	Risco usual, corriqueiro, provável, esperado
5	Muito alta	Risco evidente e praticamente certo

Escala de Impactos do Risco		
Mensuração	**Identificação**	**Descrição**
1	Muito baixo	Impacto insignificante
2	Baixo	Impacto pequeno e de fácil recuperação.
3	Médio	Impacto médio e recuperável.
4	Alto	Impacto significativo e de difícil recuperação.
5	Muito alto	Impacto catastrófico e irreversível.

Os atributos de relevância, materialidade e oportunidade possibilitam que os esforços sejam direcionados às questões mais significativas, garantindo proporcionalidade e eficiência na alocação de recursos.

O atributo de relevância considera o grau de importância de determinado tema no contexto social, político e técnico, avaliando sua presença no debate público, sua repercussão junto aos usuários e sua influência sobre o funcionamento dos serviços regulados. Esse critério permite identificar temas que demandam atenção prioritária por seu valor estratégico e sensibilidade social.

A materialidade avalia o peso e a expressividade de uma questão no contexto da fiscalização, considerando seu impacto potencial sobre a sociedade, os usuários e o sistema regulatório. Esse critério garante que os esforços sejam direcionados às situações mais significativas, assegurando proporcionalidade e eficiência na alocação de recursos.

Já o critério de oportunidade avalia a conveniência e o momento mais adequado para a realização da ação fiscalizatória, considerando fatores que influenciam sua efetividade. Entre os elementos analisados estão a complexidade da intervenção, a capacidade operacional disponível, as limitações de infraestrutura, a confiabilidade dos dados e a ausência de impedimentos legais ou administrativos.

O PAF 2026 mantém a abordagem de fiscalização remota e em campo, que se mostraram efetivas em 2025:

- Fiscalização remota: monitoramento contínuo de indicadores e informações contratuais, assegurando eficiência e eficácia.
- Fiscalização em campo: inspeções presenciais nas instalações dos concessionários e permissionários, conforme calendário previamente definido.

As diretrizes foram aplicadas de forma individualizada às quatro áreas de fiscalização:

- Distribuição de gás natural canalizado;
- Saneamento básico (abastecimento de água potável e esgotamento sanitário);
- Serviços diferenciados (limpeza urbana, resíduos sólidos, loterias estaduais e pátios veiculares);
- Transportes (coletivo intermunicipal e metropolitano, e travessias marítimas intermunicipais).

Cada área possui especificidades próprias, respeitando o contexto regulatório e assegurando que a fiscalização seja proporcional, eficiente e alinhada às necessidades da sociedade.

2.1 Ações de Fiscalização da Área do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado

As diretrizes da Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços para o Plano Anual de Fiscalização 2026, voltado à área de distribuição de gás natural canalizado, estruturou ações estratégicas para assegurar a continuidade, a segurança e a eficiência na prestação desse serviço essencial.

Nesse contexto, o planejamento das ações de fiscalização no segmento da prestação do serviço de distribuição de gás natural canalizado para 2026 partiu da análise dos resultados obtidos no ciclo anterior e da leitura crítica das situações mais relevantes, a fim de se manter os níveis adequados de atendimento aos usuários.

Com base nas discussões da equipe determinaram-se os níveis de risco associados aos objetos de fiscalização identificados, em conformidade com as diretrizes de planejamento da Agência. Esse processo foi enriquecido pela aplicação dos critérios de relevância, materialidade e oportunidade, que oferecem maior precisão e proporcionalidade na seleção dos temas.

Especialmente em relação ao atributo “oportunidade”, buscou-se dimensionar a capacidade de resposta da equipe frente aos recursos disponíveis, tomando como referência o volume de demandas processadas em 2025.

Com base nesse conjunto de análises, foi estruturado o Plano Anual de Fiscalização 2026, priorizando os objetos mais significativos e capazes de gerar maior eficiência e efetividade na função regulatória.

O escopo assim definido contempla 15 objetos de atuação, desdobrados em 13 ações de fiscalização em campo, 15 ações remotas e 4 iniciativas de regulação técnica, voltadas à manutenção de parâmetros para a adequada prestação dos serviços e ao fortalecimento da atividade fiscalizatória, com diretrizes técnicas robustas.

Nº	F / R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO TÉCNICA	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	F	**Ordinária remota** Acompanhar as apurações e os resultados dos indicadores (Fase de Acompanhamento da Resolução Agepar n.º 35/2023).												
2	F	**Ordinária em campo** Verificar as condições de segurança e operação da RDGN e dos seus principais elementos: - Retificadores (RET) e Pontos de Testes (PTS)												
3	F	**Ordinária em campo** Verificar as condições de segurança e operação da RDGN e dos seus principais elementos: - ETCs (Araucária, Campo Largo , Londrina e Maringá*) *caso seja instalada ainda em 2026.												
4	F	**Ordinária em campo** Verificar as condições de segurança e operação da RDGN e dos seus principais elementos: - EMs e EMRPs												
5	F	**Ordinária em campo** Verificar as condições de segurança e operação da RDGN e dos seus principais elementos: - ERPs												
6	R	**Ação de Regulação** Promover a realização de Pesquisa de Satisfação com os usuários do serviço de distribuição de gás canalizado.												
7	F	**Ordinária remota** Verificar, no sistema da DFQS, os dados de especificações do gás, do cromatógrafo da concessionária e do boletim de conformidade do supridor.												
8	F	**Ordinária em campo** Verificação do Plano de Manutenção e Troca de Medidores, bem como a Planilha de controle de aferição dos medidores e demais documentos comprobatórios do cumprimento do Plano. Subsidiar a análise dos motivos e as justificativas para a revisão anual do plano. Verificar o cumprimento do Plano de Manutenção e Troca de Medidores.												
9	F	**Ordinária remota** Verificar o andamento físico do plano de investimentos da concessionária referentes ao 1º ano do primeiro ciclo tarifário.												
10	F	**Ordinária em campo e remota** Levantar as informações sobre o andamento físico do Plano de Negócios da CCSS referentes ao 2º ano do primeiro ciclo tarifário, planejamentos ou obras em execução. Verificar a execução do plano de investimentos da concessionária referentes ao 2º ano do primeiro ciclo tarifário.												
11	F	**Ordinária remota** Analisar os dados enviados mensalmente pela concessionária quanto às medições de odoração do gás.												
12	R	**Ação de Regulação** Estudo Técnico Preliminar - Verificador independente - Atendimento do PCA.												
13	R	**Ação de Regulação** Regulamentar, em atuação conjunta com a DRE - conforme Agenda Regulatória - as Condições de Referência para o Fornecimento de Biometano no Sistema de Distribuição de gás canalizado, considerando as devidas e aplicáveis premissas.												
14	F	**Ordinária remota** Analisar os dados sobre atendimento de religação enviados pela concessionária periodicamente.												
15	R	**Ação de Regulação** Regulamentação do subitem 17.9 do Novo Contrato de Concessão que dispõe sobre Relatório de Situação do Sistema de Distribuição.												

2.2 Ações de Fiscalização da Área de Saneamento Básico (Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário)

O Plano Anual de Fiscalização 2026 para a área de saneamento básico definiu estratégias objetivas para a priorização e execução das ações de regulação e fiscalização nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário regulados pela Agepar, em consonância com as diretrizes da Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

A proposta incorpora os aprendizados obtidos na execução do PAF 2025 e estabelece mecanismos de monitoramento, fundamentados na análise dos dados das fiscalizações realizadas e no feedback dos agentes regulados. A experiência do ciclo anterior demonstrou que o acompanhamento sistemático é essencial para consolidar as ações de fiscalização baseadas em evidências e na avaliação de riscos, sempre orientadas para gerar valor público e promover melhorias constantes na qualidade dos serviços de saneamento.

O plano combina ações remotas e presenciais, estruturadas a partir de critérios técnicos robustos — risco, materialidade, oportunidade e relevância — que asseguram uma alocação eficiente dos recursos institucionais e fortalecem a condução estratégica das atividades.

Sua construção partiu de um diagnóstico prévio das situações-problema mais significativas na prestação dos serviços, seguido da definição dos níveis de risco associados aos objetos de fiscalização. O critério de materialidade considerou impactos financeiros e estruturais, bem como potenciais riscos ao erário público.

O critério de oportunidade avaliou a adequação temporal das ações, observando agravamento, recorrência ou iminência de riscos operacionais. Já a relevância concentrou-se nas demandas de maior visibilidade social, fundamentadas no interesse coletivo e nas pautas recorrentes da sociedade e do poder concedente.

A aplicação integrada desses critérios possibilita uma ordenação técnica das ações de fiscalização, otimizando recursos e concentrando esforços na resolução das situações mais críticas. Com isso, o PAF 2026 fortalece a capacidade regulatória da Agepar e induz melhorias concretas na qualidade dos serviços de saneamento oferecidos à população.

Merece destaque neste PAF 2026 a participação da Agepar na Operação Verão Maior, o que representa uma iniciativa estratégica voltada à fiscalização dos serviços abastecimento de água potável e esgotamento sanitário durante o período de maior movimentação do ano no litoral do Paraná.

É importante destacar que a execução do PAF 2026 ocorre em paralelo às ações de fiscalização extraordinárias e ao atendimento de protocolos de origem externa e interna, destinados à apuração de reclamações e demandas relacionadas à prestação dos serviços. Essas atividades, que tradicionalmente apresentam elevado volume ao longo do ano, podem impactar o cronograma previsto, conforme já observado em 2025.

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO/REGULAÇÃO	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	F	**Ação ordinária remota** Analisar o planejamento da Sanepar para o período de verão no litoral. **Ação ordinária em campo** Fiscalizar as ações previstas pela concessionária do planejamento para o litoral durante o período de verão.												
2	R	**Ação de regulação** Publicar normativo que contenha o disposto na NR 9, adicionando os indicadores Nível I e Nível II à Resolução Agepar nº 30/2025.												
3	R	**Ação de regulação** Publicar a relação de municípios que adotaram em seus planos de saneamento básico os indicadores Nível I e suas metas progressivas, em atendimento à NR 9.												
4	F	**Ação ordinária remota** Solicitar dados referentes aos indicadores de atendimento e cobertura, realizando seu cálculo, avaliação, publicação e fiscalização.												
5	F	**Ação ordinária remota** Monitorar as interrupções de abastecimento de água, identificando aquelas que estão em desacordo com as normativas e legislações específicas.												
6	F	**Ação ordinária remota** Monitorar as interrupções da coleta de esgoto, identificando aquelas que estão em desacordo com as normativas e legislações específicas.												
7	F	**Ação ordinária remota** Monitorar os indicadores de perdas de água, promovendo o acompanhamento de ações corretivas da concessionária, comparando com as metas contratuais.												
8	F	**Ação ordinária remota** Solicitar os dados para monitoramento de parâmetros de qualidade da água, fiscalizando o atendimento.												
9	F	**Ação ordinária remota** Solicitar os dados para monitoramento de parâmetros de lançamento de esgotos das ETEs, realizando o cálculo do indicador da NR 9.												
10	R	**Ação de regulação** Solicitação dos dados para cálculo dos indicadores de Nível II da NR 9 (não possuem metas).												
11	R	**Ação de regulação** Publicar relatório anual de avaliação operacional da prestação de serviços conforme estabelecido no art. 24 da NR 9 ANA.												
12	R	**Ação de regulação** Publicar normativo sobre as condições gerais da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, observando o conteúdo mínimo do Capítulo II da NR 11 ANA.												

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO/REGULAÇÃO	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
13	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota e em campo, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados e a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos durante fiscalizaçãoes em campo em redes de água.												
14	F	**Ação ordinária remota** Solicitar e acompanhar cronograma de manutenções preventivas e ações de conservação nas redes de água. **Ação ordinária em campo** Fiscalizar amostralmente as manutenções preventivas e ações de conservação das redes de água informadas pela concessionária.												
15	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota e em campo, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados e a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos durante fiscalizaçãoes em campo em redes de esgoto.												
16	F	**Ação ordinária remota** Solicitar e acompanhar cronograma de manutenções preventivas e ações de conservação nas redes de esgoto. **Ação ordinária em campo** Fiscalizar amostralmente as manutenções preventivas e ações de conservação das redes de esgoto informadas pela concessionária.												
17	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota e em campo, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados e a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos durante fiscalizaçãoes em campo em unidades operacionais de abastecimento de água.												
18	F	**Ação ordinária remota** Solicitar e monitorar informações sobre as unidades operacionais dos sistemas de água. **Ação ordinária em campo** Fiscalizar amostralmente as condições de operação das unidades operacionais do sistema de água.												
19	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota e em campo, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados e a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos durante fiscalizaçãoes em campo em unidades operacionais de esgoto.												
20	F	**Ação ordinária remota** Solicitar e monitorar informações sobre as unidades operacionais dos sistemas de esgoto. **Ação ordinária em campo** Fiscalizar amostralmente as condições de operação das unidades operacionais do sistema de esgoto.												
21	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de acompanhamento remoto contínuo das interrupções no abastecimento de água, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados quando necessárias ações de fiscalização de tais ocorências.												
22	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de acompanhamento remoto contínuo das interrupções na coleta ou em casos de extravasamentos de esgoto, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados quando necessárias ações de fiscalização de tais ocorrências.												

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO/REGULAÇÃO	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	R	**Ação de regulação** Realizar o levantamento das informações sobre o andamento do Plano de Investimentos comparando-os com as metas contratuais e áreas prioritárias, criar metodologia para análise remota dos investimentos previstos e método de definição de amostra para inspeção em campo, incluindo a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos												
24	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de acompanhamento remoto contínuo das perdas de água, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados quando necessárias ações de fiscalização.												
25	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota do Índice Demanda x Produção (IDP) para avaliar a necessidade de intervenções da fiscalização nos sistemas de abastecimento de água em sistemas que apresentem valores críticos de IDP.												
26	F	**Ação ordinária remota** Monitorar mensalmente os indicadores de demanda e produções dos sistemas de abastecimento de água, promovendo acompanhamento de ações de contingência e investimentos da concessionária.												
27	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota e em campo, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados e a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos durante fiscalizaçãoes em campo das conexões de usuários à rede de coleta de esgoto.												
28	F	**Ação ordinária remota** Realizar o levantamento das informações da concessionária sobre as ligações à rede de esgoto, conferindo a aplicação de sanções pela concessionária e poder concedente. **Ação ordinária em campo** Fiscalizar amostralmente as ligações à rede de esgoto conforme informações fornecidas pela concessionária.												
29	R	**Ação de regulação** Aplicar as ações propostas pela contratada para implementação da metodologia Acertar junto à concessionária visando a melhoria de processos internos da Companhia.												
30	R	**Ação de regulação** Desenvolver metodologia de fiscalização remota e em campo, incluindo a definição de documentos a serem solicitados e analisados e a elaboração de formulário com padrões mínimos a serem seguidos durante fiscalizaçãoes em campo ao longo da Operação Verão.												

2.3 Ações de Fiscalização da Área de Serviços Diferenciados (Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Pátios Veiculares do Detran/PR e atividades Lotéricas Estaduais)

O Plano Anual de Fiscalização 2026 consolida as diretrizes e ações estratégicas da AGEPAR para a regulação e fiscalização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, pátios veiculares do DETRAN/PR e atividades lotéricas estaduais (Lottopar).

Fundamentado na Legislação Federal e nas competências atribuídas à AGEPAR pelas Leis Complementares Estaduais nº 222/2020 e n.º 278/2025, o PAF 2026 estrutura a atuação fiscalizatória com foco em eficiência, segurança, transparência e proteção ao usuário.

No âmbito dos resíduos sólidos urbanos, o PAF 2026 orienta ações de fiscalização estruturadas com base no marco legal do saneamento básico (Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020), normativas da ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e nas competências regulatórias atribuídas à AGEPAR pela Lei Complementar Estadual nº 222/2020, para verificação da conformidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final.

As atividades incluem análise da cobertura e regularidade da coleta, funcionamento de aterros sanitários, controle de acesso e pesagem, verificação da qualidade dos resíduos, operação das células, compactação, cobertura diária, monitoramento ambiental (águas subterrâneas, chorume, emissões gasosas), drenagem pluvial e controle geotécnico.

Também envolve avaliação de documentação legal e atendimento às normas técnicas da ABNT e às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essas ações visam garantir a proteção ambiental, a saúde pública e a qualidade da prestação dos serviços nos 13 municípios regulados.

Merece destaque, ainda, que em relação aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, o PAF 2026 contempla uma iniciativa estratégica que envolve a primeira participação da Agepar na Operação Verão Maior, voltada à orientação dos municípios.

O objetivo é difundir e estimular a adoção das boas práticas já consolidadas no Paraná, especialmente aquelas relacionadas à sustentabilidade ambiental. Essa atuação se justifica pela relevância estratégica desses serviços para o Estado e reforça o compromisso da Agência em promover a sustentabilidade.

Para os pátios veiculares, a AGEPAR acompanha a implantação de estruturas operacionais e o cumprimento das metas contratuais, com destaque para os projetos de Colombo e São José dos Pinhais, considerados prioritários.

As atividades incluem o monitoramento do cronograma de implantação, avaliação dos indicadores de desempenho operacional e atendimento ao usuário, verificação das condições estruturais dos pátios e guinchos, além da consolidação periódica de relatórios de conformidade.

A atuação busca assegurar eficiência, transparência e regularidade na execução dos serviços prestados ao DETRAN/PR e à população.

No setor de loterias estaduais (Lottopar), a atuação regulatória segue o arcabouço federal e estadual que disciplina apostas e loterias, incluindo a Lei Federal nº 14.790/2023, normas de prevenção à lavagem de dinheiro e regulamentações estaduais.

A fiscalização busca garantir integridade das operações, rastreabilidade financeira, segurança cibernética, proteção ao consumidor e equilíbrio contratual.

As ações abrangem auditorias tecnológicas, monitoramento financeiro e PLD/FTP, inspeções presenciais e digitais, análise econômico-financeira e ações preventivas como consultas públicas e programas de jogo responsável.

O PAF 2026 adota uma metodologia baseada em risco, oportunidade, materialidade e relevância integrando monitoramento contínuo, inspeções remotas e presenciais, auditorias técnicas e indicadores de desempenho setoriais. Como resultados esperados, destacam-se a melhoria da qualidade dos serviços regulados, aumento da segurança operacional e ambiental, maior proteção aos usuários e maior previsibilidade regulatória para os prestadores de serviços.

2.3.1 Ações de Fiscalização do Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO	CRONOGRAMA - 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VERÃO MAIOR PARANÁ														
1	F	**Ordinária em campo** Fiscalização referente ao manejo dos resíduos sólidos nos municípios do litoral durante o período de verão												
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS														
2	F	**Ordinária remota** Fiscalizar documentos - monitoramento dos indicadores de desempenho.												
3	F	**Ordinária remota** Verificar documentação que ateste a sustentabilidade financeira dos serviços.												
4	F	**Ordinária remota** Verificar as atas de registro de vistoria nas instalações.												
5	F	**Ordinária em campo** • Verificar a confiabilidade dos dados dos indicadores IRS, ILU e IGQ. Inspecionar as estruturas e funcionamento das unidades; • Verificar se o relatório de fiscalização foi atendido; • Acompanhar as obras dos Ecopontos e da CTRSU.												
CIANORTE														
6	F	**Ordinária em campo** • Verificar a cobertura e frequência da coleta urbana, bem como o transporte; Verificação com a prefeitura se há registros de inconformidades na prestação dos serviços. • Verificar se há operação adequada do aterro sanitário e do Centro de Triagem e para verificar se houve a readequação e conclusão, respectivamente, dessas estruturas. Verificar as operações do aterro sanitário, com vistas a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, regularidade e atualidade das tecnologias e procedimentos apropriados para o setor, observando o equilibrio econômico financeiro do contrato. Verificar a metodologia para Verificar a pesagem (aferição de balança, tickets, etc). • Verificar se as propostas de melhoria do relatório de fiscalização foram atendidas.												
7	F	**Ordinária remota** • Verificar documentação que ateste a sustentabilidade financeira dos serviços. • Solicitar o plano atualizado												
SÃO TOMÉ - TERRA BOA - INDIANÓPOLIS - GUAPOREMA														
8	F	**Ordinária em campo** • Verificar o recebimento e tratamento dos resíduos sólidos. Identificar o processo de separação dos tipos de resíduos sólidos do município e Verificar o disposto no Plano Municipal. Verificar sobre o cadastro de geradores de resíduo e para onde é destinado. Verificar a compatibilidade dos serviços com o horário do aterro. Verificação com a prefeitura se há registros de inconformidades na prestação dos serviços. • Verificar a disposição final dos resíduos sólidos. Verificar as operações do aterro sanitário, com vistas a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e atualidade das tecnologias e procedimentos apropriados para o setor, observando o equilibrio econômico financeiro do contrato.Verificar a metodologia para Verificar a pesagem (aferição de balança, tickets, etc) • Verificar se o relatório de fiscalização foi atendido												
9	F	**Ordinária remota** • Verificar documentação que ateste a sustentabilidade financeira dos serviços. • Solicitar o plano atualizado												

Fiscalização Campo
Fiscalização Remota

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO	CRONOGRAMA - 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
APUCARANA														
10	F	**Ordinária em campo:** • Verificar o recebimento e tratamento dos resíduos sólidos. Identificar o processo de separação dos tipos de resíduos sólidos do município e Verificar o disposto no Plano Municipal. Verificar sobre o cadastro de geradores de resíduo e para onde é destinado. Verificar a compatibilidade dos serviços com o horário do aterro. Verificação com a prefeitura se há registros de inconformidades na prestação dos serviços. • Verificar a disposição final dos resíduos sólidos. Verificar as operações do aterro sanitário, com vistas a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e atualidade das tecnologias e procedimentos apropriados para o setor, observando o equilibrio econômico financeiro do contrato.Verificar a metodologia para Verificar a pesagem (aferição de balança, tickets, etc) • Verificar se o relatório de fiscalização foi atendido												
11	F	**Ordinária remota** • Verificar documentação que ateste a sustentabilidade financeira dos serviços. • Solicitar o plano atualizado												
CORNÉLIO PROCÓPIO														
12	F	**Ordinária em campo** • Verificar cobertura e frequência da coleta urbana; • Verificar o transporte, o transbordo, o recebimento e o tratamento dos resíduos sólidos. Identificar como a Sanepar realiza o controle no recebimento dos RSU. Identificar o processo de separação dos tipos de resíduos sólidos do município e Verificar o disposto no Plano Municipal. Verificar sobre o cadastro de geradores de resíduo e para onde é destinado. Verificar a compatibilidade dos serviços com o horário do aterro; • Verificar operação adequada do aterro sanitário. Verificar as operações do aterro sanitário, com vistas a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e atualidade das tecnologias e procedimentos apropriados para o setor, observando o equilibrio econômico financeiro do contrato. Verificar a metodologia de pesagem (aferição de balança, tickets, etc); • Verificar se o relatório de fiscalização foi atendido.												
13	F	**Ordinária remota** • Verificar documentação que ateste a sustentabilidade financeira dos serviços. • Solicitar o plano atualizado												

2.3.2 Ações de Fiscalização do Serviço de Pátios Veiculares do Detran/PR

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO	CRONOGRAMA - 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PÁTIOS VEICULARES (DETRAN)														
1	F	**Ordinária Remota.** Acompanhar resultados dos indicadores previstos em contrato e reportar mensalmente para o Poder Concedente e a Concessionária, os valores obtidos.												
2	F	**Ordinária Remota.** Efetuar "teste de stress" no sistema para verificar se os parâmetros estão definidos corretamente.												
3	F	**Ordinária Remota.** Acompanhamento da verificação pelo Poder Concedente da tempestividade das entregas até implantação das três fases												
4	F	**Ordinária em campo.** Vistoria de pátios em implantação												
5	F	**Ordinária Remota.** Verificar se os requisitos estabelecidos em contratos estão sendo executados conforme estabelecido.												

Fiscalização Campo
Fiscalização Remota

2.3.3 Ações de Fiscalização do Serviço de Atividades Lotéricas Estaduais (Lottopar)

Nº	F/R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO	CRONOGRAMA - 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LOTERIAS ESTADUAIS (LOTTOPAR)														
1	F	**Ordinária remota** Verificar as políticas e procedimentos e controles internos de prevenção da LD/FTP												
2	F	**Ordinária remota** Verificar as diretrizes para fiscalização pelo poder concedente												
3	F	**Ordinária Remota.** Verificar cumprimento do Programa Estadual do Jogo Responsável												
4	F	**Ordinária Remota.** Verificar as regras complementares para a certificação GLI-33 e GLI-19												
5	F	**Ordinária Remota.** Verificar requisitos para homologação para exploração de jogos on-line												
6	F	**Ordinária Remota.** Verificar regras gerais para autorização de sorteios on-line em meio físico e/ou virtual												
7	F	**Ordinária Remota.** Verificar regras gerais para exploração de aposta de quota fixa, jogos on-line e estúdio de jogos ao vivo												
8	F	**Ordinária Remota.** Verificar as regras para AQF (Aposta de quota fixa) física												
9	F	**Ordinária Remota.** Verificar o cumprimento das regras gerais da AQF												
10	F	**Ordinária Remota.** Verificar as regras gerais para exploração e comercialização da modalidade lotérica instantânea												
11	F	**Ordinária Remota.** Verificar regras gerais para utilização de sistema KYC												

2.4 Ações de Fiscalização da Área de Transportes (Travessia Marítima Intermunicipal e Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano)

O Plano Anual de Fiscalização para 2026 reforça o compromisso de aprimorar a fiscalização nas áreas de transporte coletivo intermunicipal e metropolitano de passageiros e da travessia marítima intermunicipal, alinhado à estratégia da Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços, que prioriza a transparência e a eficiência nos serviços públicos.

O planejamento anual busca garantir que as ações previstas proporcionem benefícios reais e mensuráveis à sociedade, promovendo um setor mais seguro, confiável e transparente para todos.

Focado nos critérios estratégicos adotados pela DFQS, o plano busca não apenas identificar áreas críticas, mas também assegurar que as ações sejam realizadas no momento mais propício.

Assim, o critério de oportunidade para a área dos transportes foi utilizado para identificar se a ação de fiscalização ou regulação técnica está sendo proposta no momento adequado, de modo a assegurar as ações planejadas

Já a materialidade foi associada ao impacto material nos serviços, considerando critérios como o impacto financeiro na prestação do serviço público e a probabilidade de danos ao erário público,

As questões de interesse atual da sociedade, as quais estão em debate público e são valorizadas coletivamente, foram abarcadas pelo critério de relevância.

A aplicação numérica desses critérios permite ordenar as ações de fiscalização, garantindo não apenas a definição de prioridades, mas também uma distribuição mais eficiente dos recursos disponíveis.

Ademais, foram consideradas as experiências da equipe durante a execução do PAF 2025, optando-se por dar continuidade à fiscalização dos objetos programados para o segundo semestre do ano anterior, com o objetivo de se criar um histórico e uma base maior de dados, consequentemente ampliando o conhecimento dos agentes em relação aos serviços e possibilitando uma melhor adequação futura do planejamento necessário para atendimento às necessidades dos serviços.

Merece destaque neste PAF 2026 a participação da Agepar na Operação Verão Maior, o que representa uma iniciativa estratégica voltada à fiscalização dos serviços de transporte coletivo durante o período de maior movimentação do ano.

Trata-se da primeira atuação da Agência nesse contexto, priorizando especialmente os serviços de transporte intermunicipal para o litoral e de travessia para a Ilha do Mel. Essa escolha se justifica pela elevada demanda de usuários e pela relevância estratégica desses serviços para o Estado, reforçando o compromisso da Agepar em assegurar qualidade, segurança e eficiência na prestação dos serviços públicos regulados.

2.4.1 Ações de Fiscalização do Serviço Travessia Marítima Intermunicipal da Ilha do Mel

Nº	F / R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO TÉCNICA	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	F	**Ordinária em campo** Operação Verão Maior Paraná												
2	F	**Ordinária em campo** Condições das embarcações												
3	F	**Ordinária em campo** Condições dos terminais												
4	F	**Ordinária remota** Contratação de seguro obrigatório												
5	F	**Ordinária remota** Fiscalização dos serviços pela Seil												
6	F	**Ordinária remota** Apresentação do esquema operacional												
7	F	**Ordinária remota** Cumprimento de viagens programadas												
8	F	**Ordinária em campo** Condições de embarque e desembarque												
9	F	**Ordinária em campo** Disseminação de instruções de segurança												
10	R	**Ação de Regulação** Revisão da regulamentação de indicadores de qualidade e desempenho												
11	R	**Ação de Regulação** Criação de procedimentos para verificação da conformidade das informações prestadas à Agepar												
12	R	**Ação de Regulação** Definição de metas para os indicadores de qualidade e desempenho												

2.4.2 Ações de Fiscalização do Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros

Nº	F / R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO TÉCNICA	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	F	**Ordinária em campo** Operação Verão Maior Paraná												
2	F	**Ordinária em campo** Cumprimento de viagens e horários programados												
3	F	**Ordinária remota** Registro das transportadoras												
4	F	**Ordinária remota** Idade da frota de acordo com o limite permitido												
5	F	**Ordinária remota** Produção de relatórios estratégicos, no que diz respeito às manifestações recebidas dos usuário												

2.4.3 Ações de Fiscalização do Serviço de Transporte Metropolitano de Passageiros

Nº	F / R	AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO / REGULAÇÃO TÉCNICA	CRONOGRAMA 2026											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	F	**Ordinária em campo** Cumprimento de viagens e horários programados												
2	F	**Ordinária remota** Controle da vida útil da frota												
3	F	**Ordinária remota** Controle de registro e inspeção da frota anual												
4	F	**Ordinária remota** Produção de relatórios estratégicos no que diz respeito às manifestações recebidas dos usuários												

2 Considerações Finais

A execução do PAF 2026 representa não apenas um avanço na forma como a Agepar conduz sua função de fiscalização regulatória, mas também a continuidade de práticas adotadas em 2025. O monitoramento permanente dos serviços delegados, aliado à análise dos resultados de fiscalizações anteriores e às manifestações da sociedade, dos órgãos públicos e do poder concedente, reforça uma atuação baseada em evidências e voltada para a melhoria contínua da qualidade dos serviços.

Para este novo ciclo de planejamento foi considerado também a introdução de conceitos associados à fiscalização responsiva, tema em fase avançada de discussões internas visando sua regulamentação pela Agepar. Essa abordagem inovadora busca ajustar a intensidade e o formato das ações fiscalizatórias de acordo com o comportamento das entidades reguladas, privilegiando a cooperação e a indução de boas práticas, sem abrir mão da firmeza necessária diante de irregularidades relevantes.

O PAF 2026 mantém a flexibilidade necessária para ser revisto e atualizado ao longo do exercício, assegurando agilidade diante de eventos imprevistos, novas informações técnicas ou mudanças significativas no cenário regulatório. Essa adaptabilidade fortalece a capacidade da Agência de garantir o serviço adequado e o pleno atendimento dos usuários.

Por fim, reafirma-se que o compromisso da Agepar vai além da correção de falhas, pois inclui a promoção de boas práticas, a prevenção de riscos e a indução de melhorias nos serviços públicos regulados.

A integração entre fiscalização, participação social e transparência consolida a credibilidade institucional da Agência e contribui para a construção de um ambiente regulatório mais eficiente, justo e sustentável no Estado do Paraná.

AGEPAR
AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro,
1.600 - Alto da XV -
80.045-090 - Curitiba - PR

www.**agepar.pr.gov.br**

+55 41 **3210-4800**

@ageparpr

www.facebook.com/**agenciareguladoraservicosdelegadosdoparana**

@agepar1

0800-644-2013
OUVIDORIA